

POLÍTICAS PÚBLICAS – UMA ANÁLISE DO CUSTO BENEFÍCIO DAS AÇÕES PÚBLICAS PROMOVIDAS EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DO INTERIOR

Fabio Alexandrini

Charles Roberto Hasse

Jaime Odorizzi

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - Unidavi

RESUMO

A preocupação com a satisfação dos clientes tem sido uma constante na gestão de empresas. Entretanto, as entidades governamentais pouco têm demonstrado preocupação em satisfazer seus clientes, a população, mesmo porque suas receitas estão garantidas por lei e independem da conquista diária de clientela. É assim que grande parte dos gestores públicos ainda pensa. Mas há que se salientar que a sonegação de impostos não está somente no fator cultural do povo brasileiro, mas sim pela pesada carga tributária aplicada aos contribuintes e o baixo retorno em forma de serviços e obras de qualidade. Além de buscar junto da população o grau de satisfação com as ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Mirim Doce, buscou-se levantar os custos de manutenção destas ações ao longo dos últimos vinte e nove meses, compreendidos de primeiro de janeiro de 2.005 a 31 de maio de 2.007. O trabalho procurou traçar um paralelo entre a satisfação com os serviços prestados pela entidade pública e os custos destes serviços. Os dados levantados podem ser utilizados pela organização como base para discussão sobre a forma de gerir os recursos e aplicar de forma a satisfazer a população em geral. Pode ainda servir de ponto de partida para a realização de outros trabalhos que possam explicar alguns fatos que não foram levantados por não contemplarem os objetivos desta pesquisa. De modo geral os pesquisados demonstraram-se satisfeitos com a atuação da atual administração municipal, contudo em alguns casos percebeu-se que falta divulgação dos trabalhos realizados, pois os índices de não conhecimento chegam a 40% em ações em que foram destinados recursos. Quanto ao grau de satisfação podemos dizer que em poucas ações os pesquisados demonstraram-se insatisfeitos a ponto de ser precária a situação. É perceptível que as ações pertencentes às secretarias que possuem menos recursos ou não tem limites mínimos estabelecidos por lei, foram as que apresentaram maiores índices de insatisfação ou abstenções. Estes dados podem servir de base para acompanhamento das ações promovidas e a verificação se estão indo de encontro com as necessidades dos munícipes e se estes as estão percebendo como importantes ou não. Visto que ainda restam 18 meses de governo e 30 meses de vigência para o atual Plano Plurianual – PPA, este trabalho pode servir para adequar os investimentos à percepção da população.

Palavras chave: Ações Públicas, Administração Pública, Satisfação.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas da administração pública brasileira na atualidade é a má aplicação de seus recursos financeiros. Seja pela aplicação insuficiente ou pela demasia, os recursos aplicados em ações, geralmente, pouco contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Fora isso, os governos parecem não analisarem a melhor maneira de aplicar os recursos financeiros que dispõem de maneira à realmente satisfazer as necessidades da população. Quantas obras já foram realizadas com uma finalidade específica, que não chega nem perto de satisfazer as necessidades da população. Outras vezes algumas ações são mantidas a custos altíssimos para atender essas necessidades.

Ao contrário das empresas privadas as administrações públicas não visam lucros,

talvez seja este o motivo do planejamento pouco eficaz na aplicação de seus recursos. Cabe salientar que o retorno das aplicações não é percebido positivamente nas demonstrações contábeis, mas sim na satisfação dos contribuintes.

Constantemente vimos ações serem iniciadas e abandonadas pouco tempo depois por falta de recursos para mantê-las. Isso poderia ser evitado com um planejamento mais apurado antes de efetivamente lançar a ação ao público. Percebe-se que algumas ações promovidas pelo estado não tem atingido os resultados esperados pela população. Em outras situações os resultados até correspondem as expectativas, mas a manutenção destas ações são a custos altíssimos.

Este trabalho contempla a relação entre um ente público, neste caso o município de Mirim Doce, e a população deste município emancipado do município de Taió através da Lei n. 8.356 de 26 de setembro de 1991 o município de Mirim Doce tem uma população de dois mil, setecentos e setenta e quatro pessoas. Situado no alto vale do Itajaí, tem sua economia baseada na agricultura, principalmente a familiar. Sua estrutura industrial é pequena e o comércio deficitário em vários produtos e serviços.

Neste contexto, o município passa por dificuldades financeiras, como a maioria dos municípios brasileiros. Com uma receita anual em torno de quatro milhões de reais, muitos dos programas esperados pela população acabam não sendo instituídos por falta de recursos financeiros.

Desta forma este trabalho busca demonstrar o quanto o planejamento das ações estabelecidas como prioridade pelo município está relacionado com o benefício das mesmas pela concepção da população atendida.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Meirelles (2002, p. 63-4) administração pública,

[...] “é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo; em sentido material, é o conjunto de funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. A Administração não pratica atos de governo; pratica, tão somente, atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes. São os chamados atos administrativos.”

Kohama (2003, p. 30) afirma, baseado no que diz Hely Lopes Meirelles, que a diferença entre a administração pública e a particular está no fato de que [...] “na administração pública não há liberdade pessoal. Enquanto que na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.” Sobre a figura o autor conceitua como uma figura integrante da federação, que compõe a União e possuem autonomia político-administrativa, ao contrário das demais federações, onde são apenas divisões territoriais meramente administrativas.

De acordo com MEIRELLES, “nas cidades, o governo era eleito pelos homens livres, considerados cidadãos do Município (cives minicipes), em contraste com outra categoria formada pelos estrangeiros (incolae), que, por serem originários da região dominada, eram tidos como peregrinos, sem direito a voto.” (SLOMSKI, 2003, p. 364)

Segundo Slomski, (2003, p. 364) “O Município no Brasil nasceu no Brasil-Colônia, e foi aprimorado nas Constituições promulgadas desde então, e tem na Constituição de 5 de outubro de 1988 seu ápice, no que tange à autonomia municipal.”

No sentido da ampliação da autonomia do Município pela Constituição Federal de 1988 Meirelles (1993, p. 36 – 7) afirma “A característica fundamental da atual Carta é a ampliação da autonomia municipal, no tríptico aspecto político, administrativo e financeiro,

conforme estabelecido nos artigos 29 a 31, 156, 158 e 159, outorgando-lhe, inclusive, o poder de elaborar a sua lei orgânica (Carta Própria)". A Constituição de 1988 em seu artigo 30, inciso I, deu ao Município a competência de legislar sobre assuntos de interesse local.

Meirelles (2003, p. 39) faz referência a Lordelo de Melo que afirma que o Município de hoje "constitui uma ordem política e administrativa inerente ao sistema federal brasileiro, inclusive porque a Constituição estabeleceu, entre outros pertinentes à matéria, o princípio da intervenção federal nos Estados para a defesa da autonomia municipal."

Pereira (2003, p. 116-7) salienta que o planejamento pode ser considerado um conjunto de ações interligadas e que se completam, realizadas nas diversas instancias da organização governamental, que visa o atingimento de determinado objetivo. O planejamento envolve uma série de atividades que vão manter e alimentar esse ciclo, entre elas estão estudos, decisões estratégicas e táticas sobre prioridade, a formulação de planos e programas, o acompanhamento e o controle de sua execução. Existe ainda a possibilidade de novos fatos e situações que podem influenciar o desenvolvimento desse processo, mudando os rumos e os conteúdos dos trabalhos que realiza. Apresenta-se como uma forma de ação contínua, permanente e sistemática, que ao longo de seu desenvolvimento, acaba por incorporar a idéia de que os diversos setores da organização atuem de forma conjunta, além da percepção da necessidade de uma base de informações, bem como a necessidade de recursos técnicos e humanos para apoiarem a sua execução. Tudo isso para garantir o acompanhamento, a avaliação e as tomadas de decisões, em todas as suas fases.

"O planejamento, a programação e o orçamento como um sistema integrado de gerência tem por objetivo avaliar os custos para a consecução das metas traçadas em comparação com os benefícios a serem esperados dos mesmos, e assim tornar possível o uso inteligente de recursos pelo setor público." (Silva, 2003, p.43).

Segundo Pereira (2003, p. 42) a receita pública "é o ingresso de dinheiro nos cofres públicos que se efetiva de maneira permanente no patrimônio do estado e que não esteja condicionado a sua devolução ou correspondente baixa patrimonial [...]". enquanto Silva (2003, p. 101) "Para fazer em face de suas necessidades, o Estado dispõe de recursos ou rendas que lhe são entregues pela contribuição da coletividade." Silva continua dizendo que o conjunto desses recursos forma a receita pública e é com essa receita que o Estado manterá a sua organização.

As despesa pública também segundo Pereira (2003, p. 43) é [...] "a aplicação de determinada quantia em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, com base numa autorização legislativa, para execução de um fim a cargo do governo."

"Constituem despesas todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da lei, constituição, das leis, ou em decorrência de contrato ou outros instrumentos." (SILVA, 2003, p 124)

A CONTABILIDADE DE CUSTOS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

"Técnica cuja aplicação se restringia apenas ao controle das atividades de produção de uma empresa fabril, a contabilidade de custos evoluiu com o aumento de suas finalidades, tornando-se fator essencial, em termos de informações, de apoio ao administrador, seja esse público ou de empresas." (LEONE, 2001, p. 12)

Segundo Leone (2001, p. 13) a utilização das técnicas de custos é importante na administração pública para que se conheça até que ponto o serviço é deficitário; até que ponto poderiam ser utilizados outros meios mais baratos e se estes chegariam aos mesmos resultados; como poderiam ser cobrados os serviços de usuários que podem pagar por eles. Assim, a contabilidade de custos pode ajudar no controle eficiente das despesas e da operacionalização das atividades. Uma contabilidade de custos bem organizada auxiliaria o

administrador na conferência dos gastos com os padrões predeterminados. O emprego crescente de técnicas de orçamento-programa está desencadeando uma procura por dados organizados de custos. Neste caso pode-se afirmar que até agora nenhuma atividade governamental brasileira, seja de administração direta ou indireta, possui totalmente implantado, o orçamento programa.

A causa dessa demora, segundo Leone (2001, p. 13) é, em parte, devida a falta de uma contabilidade de custos, pois o uso do orçamento-programa exige informações de custos e a identificação das unidades de produção ou serviço realizados pela organização.

“A Contabilidade Pública é essencialmente uma contabilidade orçamentária, ou seja, o registro contábil da receita e da despesa é feito de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos orçamentários. Assim, deve evidenciar, em seus registros o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa orçamentária empenhada e a despesa orçamentária realizada, à conta dos créditos orçamentários, e, ainda, as dotações orçamentárias disponíveis.” (SLOMSKI, 2003 p. 38)

Slomski continua “[...] o melhor resultado em um sistema orçamentário é o resultado nulo, especialmente em se tratando de um Município, haja vista que tudo o que foi previsto foi arrecadado e tudo o que foi definido como projetos e atividades foi totalmente executado no exercício financeiro. O superávit orçamentário e/ou déficit orçamentário podem estar apontando ou para falhas no planejamento ou de execução de projetos ou atividades, ou, ainda, no potencial contributivo da sociedade local.”

Com base no plano plurianual, o poder executivo elabora o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com vistas na elaboração da Lei Orçamentária para o ano seguinte, e o encaminha para o Poder Legislativo que o apreciará e votará, até meados do ano, antes do recesso parlamentar de julho, devolvendo-o para o Poder Executivo, para a elaboração da referida Lei do Orçamento para o exercício financeiro seguinte.”(SLOMSKI, 2003 p. 304)

Segundo Slomski (2003, p. 304) plano plurianual trata-se de uma Lei abrangente a todos os entes da federação, elaborada no primeiro ano de mandato do Poder Executivo e terá vigência de quatro anos.

“A Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, estadual e municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas a programas de duração continuada.” (SLOMSKI, 2003 p. 304)

Segundo Cruz, (2001, p. 25) o plano plurianual cria uma elo entre o momento atual e aquele em que as medidas fiscais irão produzir efeitos, quando estabelece as metas da política fiscal. Devendo ser obedecida a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que cabe a Lei de Diretrizes Orçamentária o equilíbrio entre receitas e despesas e critérios e forma de limitação de empenhos, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4, no artigo 9 e no inciso II do parágrafo primeiro do artigo 31 da LRF;

Para isso há a necessidade de aprovação orçamentária que Slomski, (2003, p. 308) descreve como a fase de estudo e aprovação como sendo de competência do Poder Legislativo. Nesta fase os representantes do povo, vereadores, deputados, senadores, aprovam e/ou emendam.

A terceira fase é a execução da Lei Orçamentária, que segundo Slomski (2003, p. 309) é a “Fase em que é realizado aquilo que fora previsto nos projetos e atividades da referida Lei do Orçamento.”

Por último vem a fase de avaliação “Essa fase, apesar de prevista, raramente é de fato realizada, pois, normalmente, ao se encerrar o exercício financeiro, o executivo toma as iniciativas para iniciar a execução do novo orçamento e, assim, poucos recursos são destinados à avaliação do orçamento encerrado, naquilo que se refere a sua execução.”

(SLOMSKI, 2003 p. 309)

Pereira (2003, p.42) lembra que se de um lado existe a possibilidade de fixar a despesa, por outro lado, a receita pública é necessariamente orçada. Por essa razão é de fundamental importância estimar com precisão o montante de dinheiro com o que o Estado poderá dispor para cobrir as despesas públicas. Para tanto deve-se utilizar informações estatísticas confiáveis para que a estimativa da receita seja a mais adequada possível.

Outro fator é a obrigatoriedade da publicidade pois, “Na administração pública, é, certamente, onde mais se deve estar presente a filosofia da accountability (dever de prestar contas), pois, quando a sociedade elege seus representantes, espera que os mesmos ajam em seu nome de forma correta, e que prestem contas de seus atos.” (SLOMSKI, 2003 p. 367)

“[...] o cidadão está cada vez mais exigente por resultados, ou seja, ele quer mais serviços públicos, mais segurança, mais hospitais, mais obras públicas e, paradoxalmente, pleiteia menos impostos, menos taxas e menos contribuições. Conseqüentemente, os administradores precisam estar conscientes de que as organizações governamentais devem estar capacitadas a transformar os dados disponíveis em informações úteis ao processo decisório, com o objetivo de facilitar a implementação das ações de governo.” (SILVA, 2003, p. 236)

METODOLOGIA

O estudo teve seu desenvolvimento a partir do levantamento de dados na modalidade de pesquisa de campo e exploratória documental, que, buscaram uma análise quantitativa das relações entre as variáveis, no entanto busca também uma abordagem qualitativa em certos momentos da análise. Os dados foram coletados através de questionário, com perguntas fechadas, com respostas objetivas, no município de Mirim Doce, para identificação da avaliação das ações da administração municipal pela população.

Os questionários foram distribuídos nas escolas municipais e estaduais do município aos alunos para que estes levassem os mesmos para que um membro da família maior de 16 anos, ou seja, eleitor, para que fizesse o devido preenchimento.

Ao todo foram distribuídos 550 (quinhentos e cinquenta) questionários, obtendo-se um retorno de 348 questionários. Foi efetuada uma seleção dos mesmos, havendo a necessidade de exclusão de 37 (trinta e sete) questionários que não continham informações necessárias para o atingimento dos objetivos desta pesquisa.

Assim sendo os 14 (quatorze) questionários faltantes para atingir a amostra desta pesquisa foram realizadas entrevistas com indivíduos escolhidos aleatoriamente e que declararam não haver respondido à pesquisa anteriormente.

A população ou universo desta pesquisa é composto pela população eleitoral do município de Mirim Doce, correspondendo a duas mil, cento e três pessoas, conforme certidão expedida pelo Fórum da Comarca de Taió. A escolha da população eleitora ao invés da totalidade populacional do município deve-se ao fato que, por tratar-se de uma pesquisa referente à satisfação em relação a ações públicas, indivíduos não eleitores não tem direito constituído de votar, sendo assim, não tem poder de mudança.

SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Inicialmente avaliou-se a Prefeitura Municipal de Mirim Doce, que conta atualmente com seis secretarias todas subordinadas ao gabinete do prefeito. Entretanto a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, não está em funcionamento ainda, existindo no quadro funcional somente os cargos que já foram criados para esta secretaria, não havendo vagas ocupadas. Por este motivo esta secretaria encontra-se mostrada de forma diferenciada das demais no organograma.

O Gabinete do Prefeito é composto de dois níveis hierárquicos e outro que pode se considerado de assessoramento, pois é o cargo de vice-prefeito, conforme apresenta a figura 2

abaixo. Este órgão tem quatro cargos sendo uma vaga cada, destas, três estão ocupadas, a de prefeito, ocupante de um cargo eletivo; a de chefe de gabinete, ocupante de um cargo de provimento em comissão e a de assessor jurídico; este último, um prestador de serviços com contrato oriundo de licitação pública.

A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento possui quatro níveis hierárquicos, contando ainda com quatro cargos de assessoramento. Conta com 45 vagas divididas em 14 cargos efetivos e 9 cargos de provimento em comissão, das quais 32 estão ocupadas. Das vagas ocupadas 28 são vagas efetivas e 4 de provimento em comissão. A figura 3 mostra a forma hierárquica desta secretaria.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes possui a maior estrutura funcional da prefeitura. São 125 vagas divididas entre cargos efetivos, cargos de provimento em comissão e contratados por tempo determinado, divididos em quatro níveis hierárquicos, conforme pode-se verificar na figura 4. Destes cargos 8 são de provimento em comissão, 17 são cargos efetivos e 4 contratados. Destas 125 vagas, 98 estão ocupadas, sendo 8 em provimento em comissão, 79 efetivos e 11 contratados por tempo determinado.

A estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social conta com 31 vagas compreendendo 10 cargos efetivos, 5 em cargos de provimento em comissão e 3 prestadores de serviço. Ao todo 20 vagas estão ocupadas por 3 servidores comissionados, 13 efetivos e 4 profissionais liberais contratados através de licitação pública. Estes cargos estão divididos em seis níveis hierárquicos, não havendo cargos de assessoramento.

A Secretaria de Transportes e Obras conta com uma estrutura composta de 51 vagas compostas de 9 cargos de provimento em comissão e 10 cargos efetivos. Destas vagas 8 estão ocupadas por servidores comissionados e 37 por servidores efetivos.

Quanto a Secretaria Municipal de Agricultura, a estrutura funcional é composta de 11 vagas compostas de 3 cargos de provimento em comissão e 5 cargos efetivos. Destas vagas 3 estão ocupadas por servidores comissionados e 8 por servidores efetivos. A hierarquia é composta de três níveis.

De acordo com o Plano Plurianual, referente ao último ano do quadriênio 2002/2005, e o atual plano (quadriênio 2006/2009) o município de Mirim Doce promove as ações necessárias para a satisfação das necessidades dos munícipes, bem como do desenvolvimento das atividades internas da administração pública.

Para o atendimento dos objetivos deste trabalho fez-se necessário o levantamento das receitas e despesas da entidade. Assim, nos quadros a seguir, aparecem as receitas pertinentes aos anos de 2.005, 2.006 e até 31 de maio de 2.007; bem como as despesas realizadas pelas secretarias municipais e as aplicações de recursos em cada uma das ações contidas no quadro 1 nos referidos anos.

Quadro 1 – Receitas

Ano	Valor da receita
2005	4.376.609,21
2006	4.607.279,18
Até 31 maio de 2007	1.955.306,39
TOTAL	10.939.194,78

Fonte: Setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Mirim Doce

Quadro 2 – Distribuição das receitas pelas secretarias em 2005

SECRETARIA		VALOR APLICADO	% DA RECEITA
Ano	2005		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		736.082,95	16,82%
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		1.176.883,88	26,89%
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		1.046.805,86	23,92%
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		660.047,64	15,08%
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		230.163,64	5,26%
GABINETE DO PREFEITO		112.290,14	2,57%
TOTAL		3.962.446,37	90,54%

Fonte: Setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Mirim Doce

Nota-se que o somatório dos valores das aplicações em cada secretaria não atinge o total da receita, totalizando 90,54% das mesmas. Isso se deve a outros desembolsos não contemplados neste trabalho como a manutenção do poder legislativo, responsável pela absorção de 8% da receita, recursos repassados a entidades filantrópicas, entidades representativas, bem como as perdas com o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, FUNDEF, agora denominado Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, FUNDEB.

Quadro 3 – Valor aplicado por ação da administração municipal em 2005

2005			2006	
Receita	4.376.609,21		4.607.279,18	
Ações	Valor	% da Receita	Valor	% da Receita
Ampliação do posto de saúde	0,00	0,00%	32.924,39	0,71%
Manutenção da farmácia básica	198.358,06	4,53%	335.145,97	7,27%
Incentivo à implantação de indústrias	0,00	0,00%	4.375,07	0,09%
Manutenção da educação básica (fundamental e infantil)	569.771,34	13,03%	682.432,67	14,81%
Manutenção do transporte escolar	282.142,72	6,45%	269.210,10	5,84%
Manutenção da merenda escolar	26.063,42	0,60%	30.749,07	0,67%
Manutenção e apoio ao esporte amador	38.716,82	0,88%	28.886,53	0,63%
Manutenção do programa de saúde familiar – PSF	188.430,57	4,31%	225.983,77	4,90%
Assistência à criança e ao adolescente	9.756,58	0,22%	23.307,89	0,51%
Assistência ao idoso	3.558,09	0,08%	5.996,52	0,13%
Assistência às famílias carentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Sinalização urbana e rural	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Manutenção dos serviços públicos (água, iluminação pública, coleta de lixo, limpeza pública, etc.)	88.111,45	2,01%	105.307,18	2,29%
Conservação e melhoramento das estradas do interior	321.341,08	7,34%	358.885,43	7,79%
Assistência ao produtor rural	235.393,28	5,38%	229.035,64	4,97%
Apoio ao ensino técnico profissionalizante	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Incentivo ao reflorestamento e preservação de mananciais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Assistência à produção animal	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Apoio à festa do melhor arroz	0,00	0,00%	7.020,88	0,15%
Manutenção e apoio à cultura, arte e turismo	47.111,81	1,08%	32.862,67	0,71%
TOTAL	1.820.513,65	45,91%	2.372.123,78	51,47%

Fonte: Setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Mirim Doce

O quadro 3 demonstra os valores aplicados nas ações contempladas nesta pesquisa, bem como o percentual que representam da receita do ano de 2.005. O índice aplicado nestas vinte ações foi de 45,91% da receita pouco menos da metade. O restante dos recursos foram aplicados para manutenção das secretarias ou repassados a outras entidades conforme mencionado anteriormente. No mesmo quadro verifica-se que a aplicação de recursos em 2.006 nas ações contempladas nesta pesquisa foi de 51,47% da receita daquele ano, superando em 5,56 pontos percentuais a aplicação do ano anterior.

Quadro 4 – Distribuição das receitas pelas secretarias em 2007, até 31 de maio

SECRETARIA		VALOR APLICADO	% DA RECEITA
Ano	Até 31 de maio de 2007		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		298.614,63	15,27%
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		546.391,10	27,94%
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		610.160,30	31,21%
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		413.832,55	21,16%
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		94.613,31	4,84%
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		15.495,29	0,79%
GABINETE DO PREFEITO		60.561,12	3,10%

TOTAL	2.039.668,3	104,31%
--------------	--------------------	----------------

Fonte: Setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Mirim Doce

Para os primeiros cinco meses do ano de 2.007 percebe-se um desajuste nos gastos públicos. Os investimentos feitos nas secretarias já superam a receita do período em 4,31%, ou seja, foram gastos R\$ 84.361,91 a mais do que foi arrecadado. Se levarmos em conta que os desembolsos feitos a outras entidades como câmara de vereadores, entidades representativas e as perdas com FUNDEF/FUNDEB continuam no ano em tese, deduz-se que a situação complica-se ainda mais. Somente os repasses ao Poder Legislativo Municipal somam R\$ 139.566,30 o que significa 11,45% superior às receitas recebidas no período.

Quadro 5 – Valor aplicado por ação da administração municipal em 2007, até 31 de maio

Até 31 de maio de 2007		
Receita		1.955.306,39
Ações	Valor	% da Receita
Ampliação do posto de saúde	0,00	0,00%
Manutenção da farmácia básica	190.280,03	9,73%
Incentivo à implantação de indústrias	0,00	0,00%
Manutenção da educação básica (fundamental e infantil)	262.067,03	13,40%
Manutenção do transporte escolar	167.111,52	8,55%
Manutenção da merenda escolar	10.258,08	0,52%
Manutenção e apoio ao esporte amador	14.784,38	0,76%
Manutenção do programa de saúde familiar – PSF	125.994,89	6,44%
Assistência à criança e ao adolescente	11.853,75	0,61%
Assistência ao idoso	1.783,62	0,09%
Assistência às famílias carentes	0,00	0,00%
Sinalização urbana e rural	0,00	0,00%
Manutenção dos serviços públicos (água, iluminação pública, coleta de lixo, limpeza pública, etc.)	38.493,87	1,97%
Conservação e melhoramento das estradas do interior	174.662,34	8,93%
Assistência ao produtor rural	86.471,51	4,42%
Apoio ao ensino técnico profissionalizante	0,00	0,00%
Incentivo ao reflorestamento e preservação de mananciais	0,00	0,00%
Assistência à produção animal	0,00	0,00%
Apoio à festa do melhor arroz	1.142,20	0,06%
Manutenção e apoio à cultura, arte e turismo	9.209,86	0,47%
TOTAL	1.094.164,56	55,95%

Fonte: Setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Mirim Doce

A atual administração aplicou até 31 de maio de 2.007 55,95% das receitas nas ações contempladas neste trabalho. Isso significa um aumento de 4,48 pontos percentuais a mais que o ano anterior e 10,04 pontos percentuais em relação a 2.005, isso demonstra o crescente investimento nas ações que venham satisfazer as necessidades da população mirimdocense.

5 RESULTADO DA PESQUISA

Apesar de a população mirimdocense ser composta em sua maioria por homens, nesta pesquisa, 51% dos pesquisados são do sexo feminino. Este fato pode ter sido ocasionado pela forma de serem pesquisados, já que o questionário foi entregue a alunos das escolas do município para que estes entrevistassem algum membro familiar que fosse eleitor. Sendo assim, como as mães são as que passam mais tempo com os filhos, é natural que sejam elas as principais entrevistadas.

A maioria dos pesquisados é composta de indivíduos casados, resultando em 45%. Contudo a população de solteiros entre os entrevistados soma 36% da amostra. A pesquisa revelou que 86% dos pesquisados tem idade entre 16 e 45 anos. Este resultado também pode ser causado pela forma de aplicação dos questionários.

Quanto ao fator região que reside, 33% dos pesquisados residem no perímetro urbano. Os outros 77% residem nas outras regiões do município, regiões estas

predominantemente agrícolas, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Região que reside

Região	Nº. de Pesquisados	%
Dentro do perímetro urbano	107	33%
Barra Grande/Forradinho	21	7%
Pinhalsinho/Volta Grande	51	16%
Paleta/Taquarussu/Canela	43	13%
Alto V. Grande/Serra Velha	37	11%
Rib.Caça/Mirinzinho/Camp	49	15%
Funil/Serra Chata	17	5%
Total	325	100%

Fonte: Acervo do autor

A pesquisa demonstrou que 37% dos pesquisados exerce a atividade agrícola e somente 6% possuem empresa própria. Quanto ao grau de escolaridade 74% dos pesquisados não concluíram o ensino médio, e 6% declararam-se analfabetos, conforme os gráficos 5 e 6

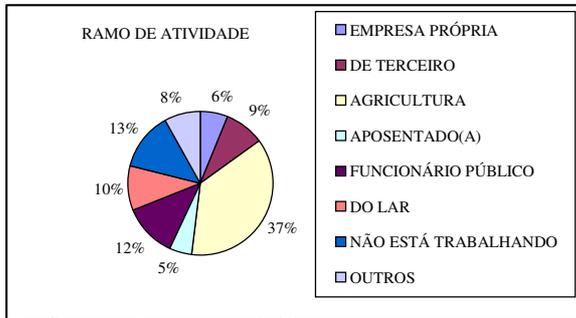


Gráfico 1 – Ramo de atividade

Fonte: Acervo do autor

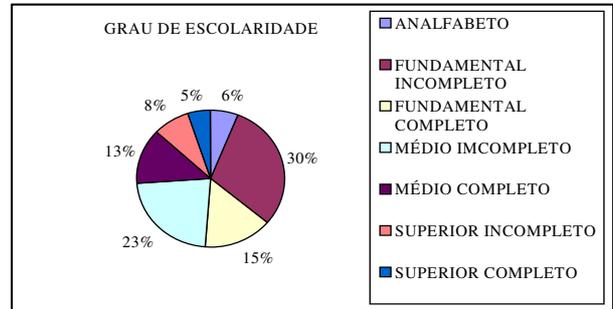


Gráfico 2 – Grau de escolaridade

Fonte: Acervo do autor

Na avaliação da secretaria municipal de administração, finanças e planejamento, 71% dos pesquisados avaliaram como bom, muito bom ou ótimo. Para a secretaria municipal de educação, cultura e esportes, 43% dos pesquisados consideram bom o desempenho desta secretaria. Sendo que a aprovação dos pesquisados chega a 76%.

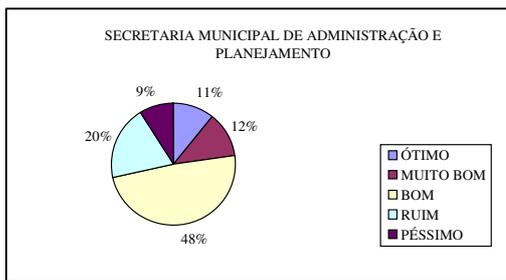


Gráfico 3– Posição quanto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Fonte: Acervo do autor

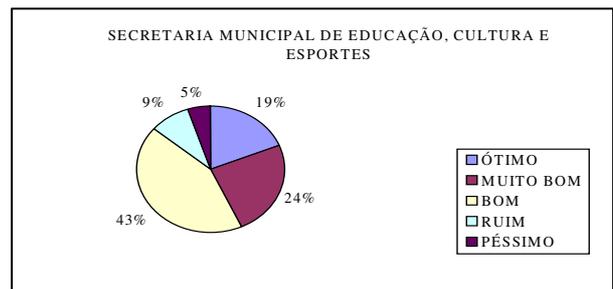


Gráfico 4 – Posição dos entrevistados em relação à secretaria municipal de educação, cultura e esportes

Fonte: Acervo do autor

Na avaliação da secretaria municipal de saúde e promoção social, 86% dos pesquisados consideram o desempenho desta secretaria entre bom e ótimo. Para a secretaria municipal de obras e serviços públicos, 49% dos pesquisados consideram ruim ou péssimo o desempenho desta secretaria. Mesmo assim 31% consideram bom, 12% muito bom e 8% ótimo.

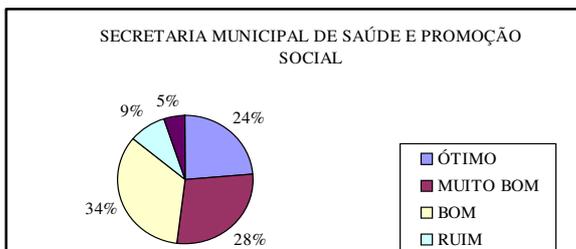


Gráfico 5 – Posição dos entrevistados em relação à secretaria municipal de saúde e promoção social
Fonte: Acervo do autor

Gráfico 6 – Posição dos pesquisados em relação à secretaria municipal de obras e serviços públicos
Fonte: Acervo do autor

Quanto à secretaria municipal de agricultura, 41% dos pesquisados consideram que está desenvolvendo um bom trabalho. Quando somamos as avaliações de bom, muito bom e ótimo, chegamos a 74% dos pesquisados. Ao avaliarem o desempenho do gabinete do prefeito, 37% dos pesquisados disseram que está bom, se somarmos a este índice as avaliações de muito bom e ótimo, atingimos o índice de 66%.

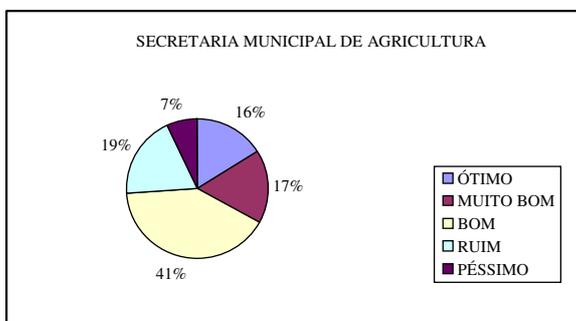


Gráfico 7 – Posição relação à secretaria agricultura
Fonte: Acervo do autor

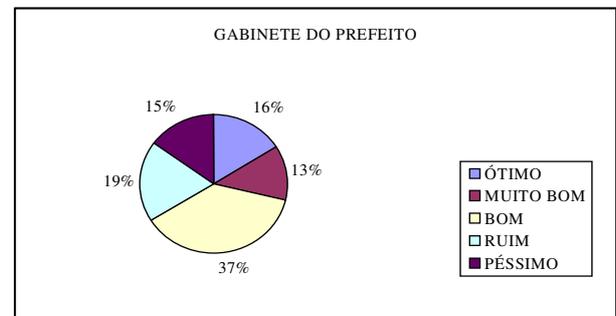


Gráfico 8 – Posição relação ao gabinete do prefeito
Fonte: Acervo do autor

Analisando as ações desenvolvidas pelo município, no item ampliação do posto de saúde, 13% dos pesquisados afirmam desconhecerem esta ação. Índice consideravelmente alto se analisarmos tratar-se de uma obra na área da saúde. 71% dos pesquisados responderam que utilizam o posto de saúde, neste caso a ampliação quando esta estiver pronta, contra 19% que não utilizam. 10% não quiseram opinar. Na avaliação a ampliação do posto de saúde obteve um resultado muito bom. 87% dos pesquisados avaliaram entre bom, muito bom e ótimo, contra apenas 6% que considera ruim ou péssimo. 7% não opinaram.

Quanto à ação manutenção da farmácia básica, 85% dos pesquisados disseram que conhecem a ação e 67% afirmaram que utilizam a farmácia básica, 21% não utilizam e 12% não opinaram. Enquanto na avaliação da ação manutenção da farmácia básica 77% atribuiu opiniões de bom, muito bom e ótimo.

Na ação incentivo a implantação de indústrias, 40% dos pesquisados afirmaram não terem conhecimento e, 47% não se utiliza do incentivo a implantação de indústrias, e 25% não opinaram. No entanto 28% entenderam que de uma forma ou outra utilizam esta ação. Quanto à avaliação do incentivo a implantação de indústrias, 31% opinaram estar ruim ou péssimo. Contudo 49% acham que está bom, muito bom ou ótimo.

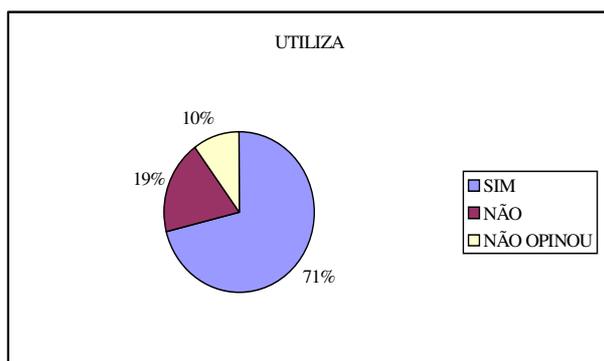


Gráfico 9– Utiliza ampliação do posto de saúde
Fonte: Acervo do autor

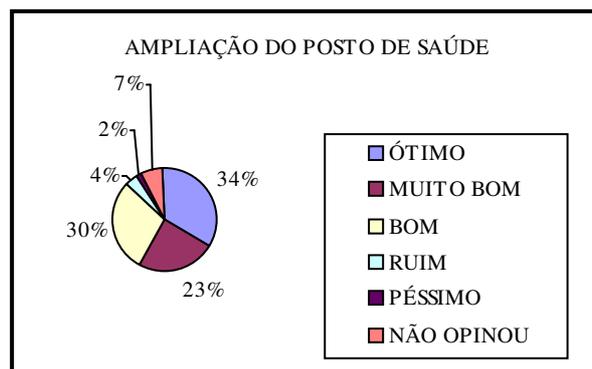


Gráfico 10 – Posição ampliação do posto de saúde
Fonte: Acervo do autor

No item manutenção da educação básica, 20% dos pesquisados afirmaram que desconhecem esta ação. Parece pouco se comparado como os 80% que afirmaram conhecer a ação. Contudo quando analisarmos este índice com as várias ações tomadas tanto na esfera federal e estadual, quanto na municipal; o número é preocupante. Dos pesquisados, 41% disseram que utilizam a manutenção da educação básica, e 25% não opinaram.

Apenas 9% dos pesquisados consideram que a manutenção da educação básica está ruim ou péssima. 78% avaliaram com bom, muito bom ou ótimo a ação. 13% não opinaram.

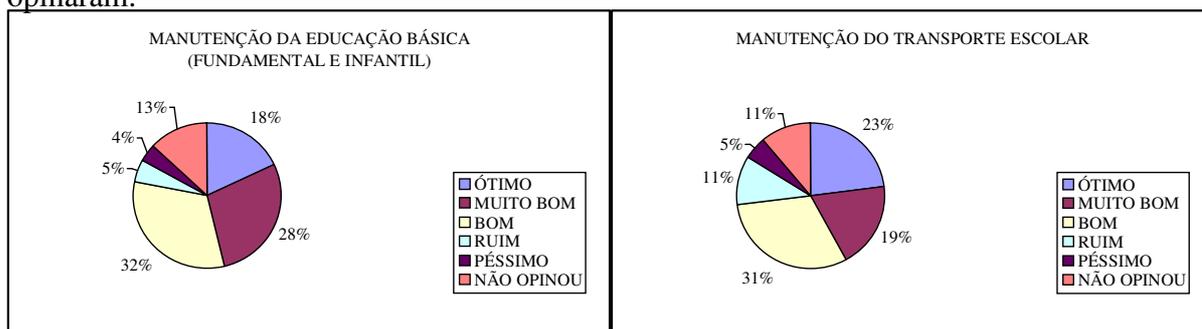


Gráfico 11 Posição em relação à manutenção da educação básica (fundamental e infantil)
Fonte: Acervo do autor

Gráfico 12 – Posição em relação à manutenção do transporte escolar
Fonte: Acervo do autor

Dos pesquisados 67% afirmam que utilizam de alguma maneira o transporte escolar. Mais uma vez este índice tem referência com a região onde residem os pesquisados, neste caso os índices são os mesmos. 88% dos pesquisados afirmam que conhecem a ação transporte escolar. O que tem respaldo se compararmos com os números de pesquisados que residem fora do perímetro urbano. Na avaliação da ação, 63% dos pesquisados consideram bom, muito bom ou ótimo o transporte escolar, ficando em 15% o percentual de pesquisados que considera ruim ou péssimo.

Na ação manutenção da merenda escolar, 82% dos pesquisados afirmam que conhecem, um índice alto, mas 18% desconhecem esta ação. Quanto à utilização da ação de manutenção da merenda escolar, 52% afirmam que utilizam e 13% não opinaram. Os 35% restantes não utilizam a ação. Nesta pergunta no caso dos que não utilizam, podemos abrir um parêntese, pois o pesquisado pode ter respondido pensando em utiliza por si só, deixando de avaliar se algum membro da família utiliza. Neste caso, índice seria bem maior, a exemplo do transporte escolar. Na avaliação da ação manutenção da merenda escolar, 31% responderam que está ótimo. Um bom índice, mas se somarmos a este os que responderam bom e muito bom, este índice alcança 80% dos pesquisados. Ressaltando que 9% não opinaram. A

manutenção do esporte amador teve um índice de 65% de conhecedores, no entanto, o índice dos que não conhece é bastante alto, 35%.

O percentual dos que utiliza a manutenção do esporte amador é de 31% um índice baixo quando comparado com os que declararam que não utilizam 51%. Mas 53% consideram bom, muito bom ou ótimo a manutenção do esporte amador. 22% consideram que o esporte amador está ruim ou péssimo.

Dos 325 pesquisados, 79%, conhecem a cerca do programa de saúde familiar-PSF. E 21% desconhecem o programa. Um percentual bastante elevado, se considerarmos tratar-se de um programa que realiza visitas domiciliares em todo o município. Em relação à manutenção PSF, nota-se que 58% dos pesquisados se utilizam desta ação, em contra partida 27% afirmam não fazerem uso da mesma. 15% não opinaram. Em se tratando da manutenção do programa de saúde familiar-PSF 72% dos pesquisados afirmaram estar satisfeitos, atribuindo valores de bom, muito bom e ótimo. 15% se posicionaram dizendo que o mesmo esta ruim e péssimo. 13% não opinaram.

Dos pesquisados 74% dizem conhecer o programa de assistência à criança e o adolescente. 26% assinalaram que não conhecem o mesmo. Esse índice pode ser justificado pelo grande número de questionários vindos de regiões fora do perímetro urbano, uma população não contemplada pelos programas assistenciais existentes na sede do município. A pesquisa apontou que, 25% utilizam a assistência à criança e ao adolescente e que a grande maioria cerca de 56% não utilizam. 19% não opinaram. Mais uma vez o fator perímetro urbanos interfere neste resultado, visto que a grande maioria dos entrevistados residem na área rural do município. Quanto a percepção 63% disseram que está bom, muito bom e ótimo e 17% disseram estar ruim e péssimo a ação assistência à criança e ao adolescente. Já 20% não opinaram. Mesmo sendo uma ação que prevê maior desenvolvimento de eventos de ação continuada ou temporária dentro do perímetro urbano, os entrevistados mostraram-se satisfeitos, mesmo que não utilizando a ação.

Sobre a assistência ao idoso 71% conhecem, e 29% a desconhecem. Um índice considerável visto que o município apóia o grupo de idosos, com encontros todas as semanas e grande festa de encerramento em dezembro de cada ano. Mas apenas 24% dos pesquisados utiliza a ação de assistência ao idoso. E pode-se perceber que 59% não utilizam. 17% não opinaram. Um índice bastante alto, mas, compreensível, pois o pesquisado pode analisar como ele mesmo utilizar ou não, ou então se alguém da família (pai, mãe, avós, sogros, etc.) utilizam. A pesquisa também mostrou que 72% dizem estar bom, muito bom e ótimo a ação de assistência ao idoso sendo que 10% acham ruim e péssimo. 18% não opinaram sobre esta pergunta.

A assistência às famílias carentes é conhecida por 58% dos pesquisados conhecem, em relação à utilização apenas 20% utilizam à ação de assistência às famílias já 67% não utilizam. 13% não opinaram. É compreensível que a grande maioria dos pesquisados não utilizem a ação, pois por tratar-se de um município pequeno e de poucos recursos, as famílias atendidas são poucas e mesmo assim de forma não continuada. A pesquisa apontou que 51% dos pesquisados dizem que a assistência às famílias carentes esta boa, muito boa e ótima. Visto que 21 % disseram achar a ação ruim e péssima. 28% não opinaram.

Em relação a conhecer a sinalização urbana e rural 61% dos pesquisados conhecem, já 39% não conhecem a ação. 45% afirmaram que utilizam a sinalização urbana sendo que 37% não a utilizam. 18% deixaram de opinar. Este índice alto de pesquisados afirmando que não utilizam a sinalização urbana e rural, pode ser pelo fato de que a maioria não reside no perímetro urbano, e nos comunidades do interior a sinalização é deficitária. A pesquisa também apontou o grau de satisfação tendo por parâmetro bom, muito bom e ótimo ficou na casa dos 49%. 34% opinou no sentido de a ação estar ruim e péssima. 17% não opinaram.

Relacionado a manutenção dos serviços públicos (água, iluminação pública, coleta

de lixo, limpeza pública, etc.) dos pesquisados 79% conhecem e 21% deles não conhecem o mesmo. Este índice elevado de conhecedores desta ação é esperada, visto que, mesmo morando no interior do município, os pesquisados comparecem à cidade e pode perceber a realização dos serviços mencionados. Já em relação a utilização da ação 47% dizem utilizar a mesma, em contra partida 37% afirmam não utilizar. Tendo 16% não opinado. A percepção do utilizar a ação para muitos dos pesquisados pode ser a utilização continuada, e não quando da presença na sede do município, isso pode vir a explicar o baixo índice de utilização desta ação. 69% indicaram que a manutenção dos serviços públicos esta boa, muito boa e ótima. Uma pequena parcela de 16% disse que a manutenção é ruim e péssima. Tendo por restar 16% os quais não se pronunciaram.

Diante da conservação e melhoramento das estradas do interior 82% dizem conhecer a ação bem como 18% não conhecem a mesma. Gráfico 52 – Conhece conservação e melhoramento das estradas do interior. Em relação da utilização da conservação e melhoramento das estradas do interior 65% se utilizam desta ação, porém 19% dos entrevistados afirmam não utilizarem-se desta ação. 16% não opinou.

No que tange a ação conservação e melhoramento das estradas do interior, percebe-se o alto grau de insatisfação dos pesquisados chegando a 51% que assinalaram como ruim ou péssimo a ação. 40% da população se mostra satisfeita coma ação atribuindo valores de bom, muito bom e ótimo. 9% não opinou. O que chama a atenção nesta pergunta em específico é o baixo nível de abstenções em responder ao questionamento, apenas 9%. Com este resultado, pode-se entender que os entrevistados mostraram maior preocupação com esta ação, visto também o alto índice de pesquisados que afirmaram conhecer e também dos que afirmaram utilizar a ação.

Dos 325 entrevistados, 68% disseram conhecer a ação de assistência ao produtor rural bem como 32% deles não conhecem. Mais uma vez o número de pesquisados que residem na área rural do município vem interferir neste questionamento. Visto que grande parte dos pesquisados residem nesta área, é de se esperar, que de uma forma ou outra, utilizando ou não os mesmos tenham algum tipo de contato com a ação. Dos que se utilizam da ação de assistência rural temos 46% já dos que não utilizam temos 35% sendo que 19% não opinaram. Aqui pode-se constatar que grande parte dos pesquisados afirmam utilizarem a ação, este índice é nove pontos percentuais superior ao índice dos que afirmaram atuarem na área agrícola. Contudo a de se lembrar que boa parte das mulheres agricultoras se consideram como do lar, mas em se tratando da produção de leite são estas mulheres as responsáveis pelo rebanho, podendo ser oriundo daí esta diferença. Pôde se constatar que 53% dos entrevistados se mostraram satisfeitos atribuindo notas tal qual bom, muito bom e ótimo, sendo que 28% disseram que a ação esta ruim ou péssima e 19% que não opinou sobre a ação.

Dos pesquisados 53% assinalaram que conhecem a ação de apoio ao ensino técnico profissionalizante, porém 47% desconhecem a ação. Apenas 18% se utilizam da ação, tendo uma grande fatia, 59%, que não utiliza e 23% que não opinaram. 43% deles o qualificaram como bom, muito bom e ótimo. Tendo 27% o qualificando em ruim e péssimo. Sendo que 30% deixaram sem resposta. Percebe-se um grande número de abstenções em relação a este questionamento, que pode provir do grande numero de não conhecedores.

Dos entrevistados 62% conhecem a ação de incentivo ao reflorestamento e preservação de mananciais sendo que 38% não sabem da ação. Esta ação pode ser considerada pouco conhecida, pois estamos vivendo em tempos em que a preocupação em relação à preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos e mesmo assim 38% dos pesquisados desconhecem a ação. 41% não utilizam esta a ação incentivo ao reflorestamento e preservação de mananciais. Demonstrou ainda que 39% utilizam este incentivo. E 20% que não opinou, obtive-se para bom, muito bom e ótimo um porcentual de 54% dos pesquisados e 24% que disseram que a ação é péssima ou então ruim. 22% deixam de opinar.

Já os que se utilizam da assistência à produção animal, temos 49% e que não se utilizam dela temos um percentual de 38%, com 65% que acham que a assistência à produção animal está boa, muito boa e ótima. 18% acham que esta assistência esta ruim e péssima. 17% não se pronunciaram.

Dos 325 pesquisados, 75% conhecem sobre o apoio á festa do melhor arroz e 25% não conhecem esta ação. O percentual dos que desconhecem pode ser considerado bem elevado, salientando que esta festa é a maior do município. E 45% afirmam que utilizam do apoio á festa do melhor arroz sendo que 42% afirmaram que não. Pode-se perceber que a diferença entre os que utilizam e os que não utilizam é bem pequena, três pontos percentuais. Há ainda 13% dos pesquisados que não opinaram. Pode-se perceber que 65% consideram bom, muito bom e ótimo o apoio à festa do melhor arroz; apesar de que 14% dos pesquisados consideram ruim e péssimo este apoio a esta ação. 21% não opinou sobre a questão.

Quando questionados sobre a manutenção e apoio à cultura, arte e turismo 59% dos pesquisados dizem saber a respeito da ação e 41 % que dizem não conhecer, e 42% afirmam que utilizam, 45% não utilizam. Quando questionados a atribuir notas para demonstrar sua posição em relação a manutenção e apoio a cultura, arte e turismo, 51% dos pesquisados consideram bom, muito bom e ótimo. Tendo 26% dos pesquisados atribuído notas de ruim e péssimo. Bem como 23% não se pronunciaram.

CONCLUSÃO

Com a realização desta pesquisa tive a satisfação de por em prática um pouco dos conhecimentos adquiridos em sala de aula durante os quatro anos de duração do curso de administração. O enfoque maior dado foi a questão do planejamento e da satisfação, onde busquei relacionar a satisfação dos cidadãos mirimdocenses com o custo de manutenção das ações promovidas pela atual administração.

Seguindo os objetivos que estabeleci para este trabalho, pude levantar a estrutura administrativa da organização e construir seu organograma, geral e por secretaria. A construção dos organogramas foi uma tarefa especialmente gratificante, visto que foi realizada juntamente com a responsável do setor de pessoal da organização, pois não existira esta estruturação. Pude perceber algumas falhas nesta questão no que diz respeito a alocação dos servidores. Alguns servidores estão exercendo suas funções em secretarias diversas às quais foram concursados, sem, em muitos casos, haver qualquer ato designatório. Ao todo são 269, vagas das quais 208 estão ocupadas. Os cargos estão divididos em eletivos, comissionados, efetivos, contratados por tempo determinado e prestador de serviço. As vagas ocupadas estão divididas da seguinte forma: 1 ocupante de cargo eletivo; 27 servidores em cargos de provimento em comissão; 164 servidores efetivos; 11 servidores contratados por tempo determinado e 5 prestadores de serviço.

O levantamento das ações apontou 19 ações promovidas de maneira continuada e previstas nos Planos Plurianuais dos quadriênios 2.002/2.005 e 2.006/2.009, que orientam o atual Gestor Público nos investimentos dos recursos do município. Além dessas, uma ação temporária, a ampliação do posto de saúde, mereceu análise por estar em andamento. Desta forma foram levantadas 20 ações que compuseram a pesquisa. Os investimentos realizados nestas ações consumiram 45,91% das receitas do ano de 2.005. Para 2.006 este percentual subiu para 51,47. O investimento nos primeiros cinco meses de 2.007 chegou a 55,95% do total da receita. De 2.005 a 31 de maio de 2.007 houve um aumento de 10,04 pontos percentuais no montante aplicado. É importante salientar que os investimentos de 2.007 podem mudar, pois como observado nos investimentos nas secretarias, os valores já ultrapassam o total arrecadado. Isso obrigará ao gestor reduzir custos para equiparar esta diferença até 31 de dezembro, caso contrário incorrerá em crime de responsabilidade fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto a satisfação dos pesquisados, pode-se afirmar que a administração pública está desempenhando um bom trabalho, pois os índices, na maioria dos casos, ficaram superiores aos 50% de satisfeitos, com exceção da ação manutenção e melhoramento das estradas do interior que obteve um índice de 51% de insatisfeitos. Os investimentos nesta ação não foram pequenos, contudo, em se tratando de um município com quase 400 quilômetros de estrada de chão, os investimentos teriam de ser maiores para minimizar a insatisfação dos pesquisados. Outro fato que merece destaque é a satisfação dos pesquisados em ações ligadas à secretaria de saúde e promoção social. Os índices apurados nestas ações ficaram superiores a 70% de satisfeitos. Este fato ocorre pelos investimentos realizados na área da saúde que foram o dobro do limite mínimo estabelecido pela legislação vigente. Índices elevados de satisfação foram observados também nas ações da secretaria de educação, ficando entre 60% e 70% de satisfação. Mais uma vez os valores aplicados têm interferência na apuração dos índices, visto que o limite mínimo de aplicação na área da educação é de 25% das receitas do município.

Ficou claro que as ações em que há controles por órgãos das esferas superiores estão satisfazendo mais as necessidades dos pesquisados. Isso indica que os recursos estão sendo aplicados de forma mais efetiva e mais eficaz na satisfação das necessidades coletivas. Não que as aplicações nas demais ações estejam sendo mal planejadas, mas os recursos destinados a elas pode ser insuficientes. As ações que compuseram esta pesquisa consumiram em torno de 50% das receitas do município. Para a maior satisfação dos pesquisados, a atual administração deveria destinar mais recursos a estas ações, contudo os recursos não brotam nos cofres públicos da noite para o dia, sendo necessário um maior planejamento na aplicação dos outros 50% dos recursos do município.

Fica evidente que a pesquisa não indica um caminho a ser seguido, pois, trata-se de um estudo parcial, levando em conta 20 ações promovidas pelo município, não considerando outras aplicações de recursos necessárias para o funcionamento da máquina administrativa. Mas fornece subsídios para uma avaliação da percepção dos pesquisados em relação a atuação da administração pública. Há que se salientar ainda que somente através de um estudo aprofundado, levando em conta todos os desembolsos, poderia trazer um diagnóstico conclusivo da administração municipal. Contudo, a pesquisa foi um pequeno passo para o início de uma longa caminhada. Cabe a equipe administrativa utilizar esta pesquisa como ponto de partida em busca de alternativas para melhorar seu relacionamento com a população.

Esta pesquisa demonstrou um grande número de não conhecedores de algumas das ações promovidas pela administração pública. Neste sentido recomenda-se à municipalidade que efetue estudos para identificar as falhas no sistema de divulgação das atividades promovidas pela Prefeitura Municipal de Mirim Doce, outra sugestão é relacionada as ações que não obtiveram investimentos no período, que, segundo o setor contábil, provêm do fato de algumas ações previstas no plano plurianual estarem descritas no plano de contas da contabilidade com outra nomenclatura, o que dificulta a identificação dos valores realmente aplicados e, conseqüentemente, o conhecimento dos munícipes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal de 1988.**

KOHAMA, Heilio, **Contabilidade Pública** – Teoria e Prática, 9. ed. Editora Atlas S.A. São Paulo, SP, 2003.

LEONE, George Guerra, **Custos** – Um Enfoque Administrativo, 14. ed. Editora FGV, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes, **Direito Administrativo Brasileiro**, 27. ed. Malheiros Editores Ltda, São Paulo, SP, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes, **Direito Municipal Brasileiro**, 6. ed. Malheiros Editores Ltda, São Paulo, SP, 1993.

PEREIRA, José Matias, **Finanças Públicas** – A Política Orçamentária no Brasil, 2. ed. Editora Atlas S.A., São Paulo 2003.

SILVA, Lino Martins da, **Contabilidade Governamental** – Um Enfoque Administrativo, 6. ed. Editora Atlas S.A., São Paulo – 2003.

SLOMSKI, Valmor, **Manual de Contabilidade Pública** – Um Enfoque na Contabilidade Municipal. 2. ed. Editora Atlas S.A., São Paulo 2003.